

ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA REGIÃO DO CARIRI: Ênfase na Educação Especial

Viviane Pereira de Araujo Nascimento ¹
Pergentina Parente Jardim Catunda ²

RESUMO

Os cursos de formação acadêmica na área de Licenciatura em Educação Física, ainda têm a necessidade de suplementar seus currículos a fim de melhorar a formação dos professores para o atendimento de pessoas com deficiência no Brasil. Apesar dos avanços no campo da Educação Física ser voltado, para pessoas com deficiência, os docentes não estão plenamente preparados para a pluralidade, que envolve esse grupo. Este estudo objetivou analisar as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Educação Física, quanto às disciplinas de Educação Especial em instituições de Educação Superior do Cariri, caracterizado como documental, descritivo do tipo qualitativo. A amostra foi selecionada a partir de três instituições que oferecem o curso de forma presencial, que disponibilizam na plataforma digital as matrizes curriculares, e que foram analisadas de forma descritiva no Word 2013. Dentre as matrizes analisadas, foram encontradas apenas duas disciplinas por instituição, que abordam o conteúdo da Educação Especial, atendendo ao mínimo exigido pela Lei e com cargas horárias insuficientes para uma boa formação. Conclui-se que há a necessidade de ampliar a carga horária das disciplinas já ministradas e apresentar novas propostas de conteúdo, a fim de expandir o conhecimento sobre a Educação Especial.

Palavras-chave: Docentes, Educação Especial, Educação Física, Matrizes Curriculares.

INTRODUÇÃO

Entende-se por inclusão um movimento mundial que, além de buscar por direitos para as pessoas com deficiência, luta pela conquista de uma educação escolar com qualidade voltada para o pleno desenvolvimento desses indivíduos. Sobre esse prisma, Brasil (1994) com a Declaração de Salamanca, marco histórico sobre o tema exposto e assinado por 92 países, traz em seus princípios fundamentais, que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de suas diferenças e limitações. Os professores de Educação

¹ Graduada pelo Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Juazeiro do Norte – CE, viviane_kwe@outlook.com;

² Mestra em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares pela Universidade de Pernambuco (UPE), Campus, Petrolina - PE. Com especialização em Gestão Educacional Pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), MG, 2015. Possui Graduação em Educação Física – Licenciatura Plena pela Universidade estadual Vale do Acaraú (UVA, 2004). Professora do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Juazeiro do Norte – CE, pgjardim@hotmail.com;

Física desempenham atividades de fundamental importância na escola e na formação social de seus alunos. Sobre esse aspecto, segundo Gatti et al. (2016, p.94) os professores precisam desenvolver um papel de qualidade na educação. E para isso necessitam dominar conteúdos culturais, científicos e os meios de ensiná-los, usufruindo de condições favoráveis de salário e de trabalho, formação pedagógica, autoestima e segurança profissional.

Entretanto, tal preceito encontra alguns desafios, dentre eles, a ineficiência da matriz curricular da formação de professores de Educação Física para a educação especial, assunto abordado por essa pesquisa. Sob essa perspectiva, cabe salientar que o educador tem a importante função de promover a inclusão escolar, para corrigir a educação segregacionista e amadurecer as habilidades dos alunos, segundo suas aptidões e limitações. Para Terra e Gomes (2013) deve-se questionar não só a ineficiência da formação de professores, mas também a ineficiência das instituições escolares.

Mormente, é cabível ressaltar que a formação de professores foi proposta, inicialmente, em meados do século XIX, em conjunto com o surgimento das Escolas Normais (GATTI, 2010). Todavia, esse fenômeno não foi capaz de sanar as necessidades de pessoas com deficiência, seja física, ou mental.

Contudo, apesar das garantias acertadas pelo Poder Legislativo, conforme Brasil (2001), Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a fim de proporcionar melhores condições para alunos, que apresentam necessidades educacionais especiais, ainda é possível encontrar vários obstáculos para ofertar o ensino de qualidade para as pessoas com deficiência. Sob essa óptica, fica claro o papel crucial do educador para a superação dessas dificuldades.

Em consonância a isso, Darido e De Souza Jr (2007, p.14) afirmam que é função do docente, em parceria com os seus alunos, problematizar, interpretar e buscar entender situações diversas, como por exemplo o convívio com as diferenças interpessoais e com as limitações dos colegas de sala. A partir disso, garante-se, além da inclusão escolar, o desenvolvimento das habilidades dos discentes com alguma deficiência e a humanização do ensino.

A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência visa à inclusão social e a cidadania além dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência. A Lei traz em seu Art.28, parágrafo XIV poder público deve assegurar a inclusão de conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento (BRASIL,2015).

Outrossim, é perceptível que os cursos de formação acadêmica na área de Licenciatura em Educação Física possuem dificuldade em suprir completamente a necessidade da educação

especial no Brasil. Sob esse contexto, a maioria das licenciaturas no Brasil, contam apenas com as disciplinas de Educação Física Adaptada e de Libras, em consonância a isso, os profissionais não se tornam totalmente aptos às peculiaridades de cada deficiente, dificultando a educação inclusiva, prevista na LDB – Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Ao acompanhar diferentes trajetórias e vivenciar diferentes experiências, nota-se que a educação especial está cada vez mais presente nas escolas de ensino regular, e para prestar atendimento aos alunos que dependem da atenção especial, precisa-se de professores com a devida capacitação. Conforme Pedroso, Campos e Duarte (2013) sejam por falta dos profissionais capacitados, ou por falta de materiais e recursos, os alunos com necessidades especiais não estariam recebendo a educação adequada.

A oferta das disciplinas voltadas à Educação Especial no curso de Licenciatura em Educação Física é menor que a demanda atendida nas escolas, surgindo a necessidade de investigar as Instituições de Educação Superior a fim de verificar tais evidências e fazer contraponto com a realidade. Sendo assim, esta pesquisa objetivou analisar a matriz curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Física, quanto ao oferecimento de disciplinas voltadas à Educação Especial na Região do Cariri.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa documental, descritiva e do tipo qualitativa, em que foram analisadas as matrizes curriculares dos Cursos de Licenciatura em Educação Física ofertados na Região do Cariri para verificação e categorização dos componentes curriculares referentes à Educação Especial.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental caracteriza-se pela avaliação de documentos e/ou outros materiais, os mesmos sujeitos a alterações. A pesquisa qualitativa não se preocupa com os números, mas sim com explicações dos dados analisados, sem quantificar valores e aprofundando-se na compreensão do que está sendo estudado (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

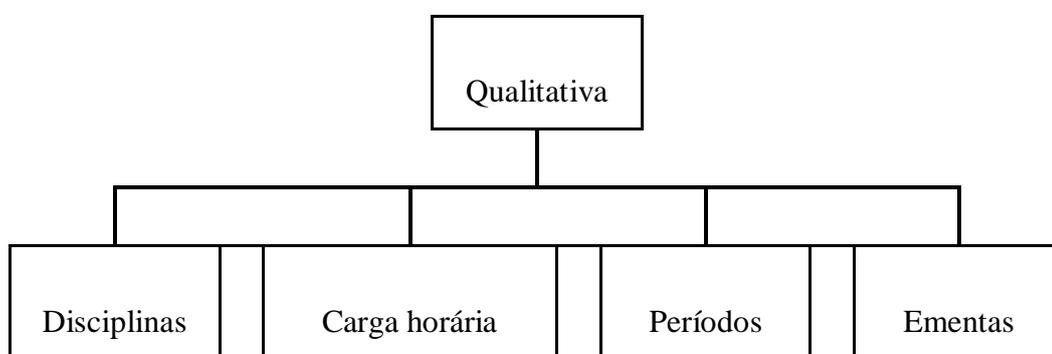
Através do site de busca e-MEC, foram listadas 18 (dezoito) Instituições de Educação Superior obedecendo aos critérios inclusivos de ofertar o curso de Licenciatura em Educação Física e disponibilizar a matriz curricular na plataforma digital e/ou de forma online.

Após utilizar os critérios de exclusão, eliminaram-se as instituições que ofereciam o curso a distância, ou de forma semipresencial e aquelas que ainda não haviam formado

nenhuma turma de professores de Educação Física, assim a amostra foi composta por 3 (três) matrizes curriculares dispostas entre as cidades de Crato e de Juazeiro do Norte.

Os dados foram coletados através da observação indireta e sem a intervenção dos observados, assim o pesquisador analisou descritivamente de forma qualitativa a Matriz Curricular de cada Instituição de Educação Superior referente ao curso de Licenciatura em Educação Física utilizando o Microsoft Word 2013, listando as disciplinas que abordam a Educação Especial, a carga horária de cada uma delas, a ementa, os períodos e a sua obrigatoriedade durante a formação acadêmica.

Figura 01: Descrição da análise das matrizes curriculares.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para avaliar as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Educação Física da região do Cariri, seguiu-se as seguintes etapas. 1) Acesso ao site de busca e-MEC, listando as Instituições de Educação Superior que oferecem o curso de Licenciatura em Educação Física de forma presencial e com professores já formados, em que foram selecionadas, duas instituições de Juazeiro do Norte-CE e uma instituição de Crato-CE; 2) Coleta das matrizes curriculares no site de cada instituição; 3) Categorização das disciplinas com ênfase na Educação Especial, observando sua obrigatoriedade, períodos e carga horária durante a formação e analisando suas respectivas ementas. As Instituições foram nominadas de “A” - IES privada; “B” e “C”- IES públicas.

Tabela 01. Componente curricular e carga horária das disciplinas com ênfase na Educação Especial nos Cursos de Licenciatura em Educação Física na Região do Cariri.

IES	DISCIPLINA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
A	D1 – Libras	Obrigatória	40 horas
	D2 – Educação Física Adaptada	Obrigatória	60 horas
B	D3 – Libras	Obrigatória	40 horas
	D4 – Educação Física Inclusiva	Obrigatória	60 horas
C	D5 – Libras	Obrigatória	30 horas
	D6 – Educação Física Adaptada	Obrigatória	60 horas

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Dentre as três matrizes analisadas, foram encontrados seis componentes curriculares com ênfase na Educação Especial, sendo dois por instituição. É possível destacar que as três matrizes dispõem das mesmas disciplinas, que são Libras e Educação Física Adaptada/Inclusiva, assim, pode-se perceber que a oferta é mínima no decorrer da formação acadêmica do professor de Educação Física.

A Libras é o principal meio de comunicação entre os surdos e sua inclusão na formação do professor tem extrema importância, pois Rossi (2015) diz que professores despreparados prejudicam seus alunos deficientes e não são capazes de suprir as necessidades dos mesmos. Todas as instituições analisadas atendem ao Decreto 5.626/05 que torna obrigatório o ensino da Libras nos cursos de Licenciatura em suas mais diversas áreas de conhecimento, além do curso de Fonoaudiologia (BRASIL, 2005).

Conforme Ferreira et al. (2013) nos dias atuais, grande parte das instituições que ofertam o curso de Educação Física, apresentam em sua matriz curricular o oferecimento de pelo menos uma disciplina, que trata de adaptações exigidas no esporte para pessoas com deficiência.

O autor ainda dá sequência em seu estudo dizendo que quando a Educação Física Adaptada deixa de ser uma disciplina única, ela passa a ser incluída em todas as demais disciplinas voltadas aos esportes durante a graduação. Os discentes em formação tendem a compreender o assunto de uma melhor forma, conseqüentemente, contextualizam uma melhor intervenção de aplicabilidade do conteúdo para atender os deficientes.

Segundo Gonçalves (2002) o principal foco da Educação Física Adaptada é reunir as mais variadas disciplinas, que envolvem a motricidade, modificá-las e adaptá-las, para que as pessoas com deficiência não sejam as únicas a adaptar-se ao meio, mas sim, ambas as partes,

tornando-se disciplina importante na formação do professor e aumentando o índice de participação dos alunos durante as aulas.

Categorizou-se as cargas horárias das disciplinas, sendo a instituição A - D1 com 40 horas e D2 com 60 horas; instituição B - D3 com 40 horas e D4 com 60 horas; instituição C - D5 com 30 horas e D6 com 60 horas. Dentre esses dados, as disciplinas da instituição C somam 90 horas, enquanto as disciplinas das instituições A e B somam 100 horas de aulas, que enfatizam a educação especial.

O estudo de Benassi, Duarte e Padilha (2012) indica que as sessenta horas contidas na disciplina de Libras aplicada na Educação Superior são insuficientes. Os professores entrevistados na pesquisa alegaram estar desabilitados a ministrar aulas, para os alunos surdos. Devido ao pouco contato com a disciplina na faculdade, e que tal situação poderia ser revertida caso tivessem um conhecimento prévio sobre a língua, ou se a carga horária ofertada fosse maior.

Tabela 02. Período em que são ministradas as disciplinas em suas respectivas instituições.

IES	DISCIPLINA	PERÍODO
A	D1 – Libras	4º
	D2 – Educação Física Adaptada	5º
B	D3 – Libras	5º
	D4 – Educação Física Inclusiva	7º
C	D5 – Libras	2º
	D6 – Educação Física Adaptada	4º

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na IES B, as disciplinas de Libras e Educação Física Inclusiva são ofertadas em períodos mais tardios, quando comparados com as demais instituições. É evidente que, em um estágio curricular, o discente pode encontrar diferentes deficiências na sala de aula e precisa estar devidamente preparado, pois isso requer planejamentos e atividades específicas, haja vista que, cada indivíduo é diferente, portanto, ele é mais ou menos propenso a determinados estímulos.

Quando trabalhadas nos períodos iniciais do curso, as disciplinas de Libras e Educação Física Adaptada são capazes de dar suporte aos discentes do curso, principalmente durante os estágios, quando estes passam a encarar a realidade da escola e as particularidades dos alunos.

Nessa perspectiva, El Tassa e De Carvalho Cruz (2016), através de suas pesquisas, concluíram por meio das respostas dos participantes, que eles se sentem preocupados em

trabalhar com turmas, que apresentam as características já citadas.

Sobre isso, Costa e Sousa (2004) reitera que a Educação Física se desenvolveu muito ao decorrer da linha cronológica, deixando de lado a prática higienista, típica do molde arcaico que imperava nas linhas de conhecimento dessa área. Em consonância a isso, o deficiente pode ser tratado pelo educador segundo as suas especificidades, o que proporciona um melhor aproveitamento das habilidades de cada um.

Tabela 03. Ementa das disciplinas com ênfase na Educação Especial em suas respectivas IES.

IES	DISCIPLINA	EMENTA
A	D1 – Libras	Estudo da LIBRAS, sua origem, conceitos básicos, definições e divisões; concentrando-se nos sinais da LIBRAS relacionados aos temas: esporte e lazer, tendo como alvo oferecer ferramentas que facilitem a comunicação e o processo de ensino/aprendizagem entre os profissionais de Educação Física e os portadores de deficiência auditiva.
	D2 – Educação Física Adaptada	A disciplina trata dos conhecimentos básicos para o conhecimento das características diferenciadas do escolar e das adaptações necessárias para um trabalho em Educação Física Especial. Aborda as implicações da elaboração e desenvolvimento de programas com características interdisciplinares na construção de propostas de Educação Física Adaptada.
B	D3 – Libras	Ler, interpretar textos e conversar em LIBRAS; Sistematizar informações; Identificar as ações facilitadoras da inclusão; Compreender a dinâmica dos serviços de apoio especializado no contexto escolar; Entender como ocorre a aquisição da Língua Portuguesa por ouvintes e surdos; Compreender os critérios de avaliação diferenciados dos alunos surdos conforme o Aviso Circular 277/94 do MEC, garantindo-lhe a escolarização da Educação Básica à Superior e executar o papel, que a mesma tem na constituição e educação da pessoa surda.
	D4 – Educação Física Inclusiva	Discutir a Educação Física como instrumento de inclusão e socialização de pessoas portadoras de necessidades especiais.
	D5 – Libras	História da Educação dos Surdos. Políticas educacionais e ensino de LIBRAS. A inclusão da pessoa surda: o ensino e a aprendizagem de Libras, a oralização, o bilinguismo. O conhecimento básico de Libras para a intervenção do professor de Educação Física. Relações deste conhecimento com o campo de trabalho, com ênfase no ambiente escolar.

C	D6 – Educação Física Adaptada	Diretrizes e ordenamentos legais para educação física especial. Estudo sobre diferentes necessidades especiais relacionadas à educação física. Desenvolvimento motor para as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Metodologia do ensino de educação física para pessoas com necessidades educacionais especiais. Relações desse conhecimento com o mundo da informática, pesquisa, trabalho, sociedade e cultura corporal enquanto eixos articuladores do curso.
---	-------------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As ementas apresentam as principais características das disciplinas trabalhadas com os professores em formação, a fim de instruí-los para ministrar aulas a seus futuros alunos. Dentre as três Instituições, quanto ao oferecimento da disciplina de Libras, nota-se a preocupação em ofertar um amplo conhecimento desde a história da língua até a prática discursiva propriamente dita. Assim, facilitando a comunicação entre professor e aluno, mas, conforme Costa e de Lacerda (2015), o tempo destinado a tal disciplina é insuficiente para abordar por completo o conteúdo programado.

Analisando, criteriosamente, as instituições citadas observa-se que, comparando as disciplinas de Libras, a IES B apresenta um conteúdo que engloba o conhecimento da disciplina em conjunto com a prática mais complexa. O que desafia o discente a compreender diferentes esferas envolvendo a prática, a teoria e o entendimento social, o que garantirá aos formandos maiores habilidades para lidar e ao mesmo tempo propiciar maior inclusão aos deficientes auditivos.

É atrelado a isso, que o estudo de Alves e Duarte (2014) apresenta em seus resultados que os fatores de participação social, de capacidade e de adaptação foram nominados como essenciais promotores da inclusão de alunas deficientes nas aulas de Educação Física.

A Educação Física Adaptada promove ao professor métodos que sejam capazes de promover intervenções durante as aulas, para que alunos com e sem deficiência possam participar juntos, sem distinção. Segundo Rossi e Munster (2013), a importância da Educação Física Adaptada durante a graduação se deu após evidências apontarem a não participação dos professores de Educação Física na área de Educação Especial.

Ademais, conforme os dados coletados, sobre a disciplina de Educação Física Adaptada/Inclusiva, percebe-se que a IES C apresenta uma ementa mais completa, cujas diretrizes propõem aos acadêmicos a percepção muito além da disciplina em si, ao abordar Leis,

que servem como base para a prática da Educação Física Adaptada/Inclusiva respeitando as limitações individuais e os direitos legais dos praticantes.

Além disso, a IES C aborda um estudo mais detalhado das diferentes necessidades especiais que englobam a parcela de deficientes, atentando-se para a interdisciplinaridade, com o objetivo de proporcionar maior inclusão atrelada ao uso de ferramentas e de conceitos diversos, que facilitem a compreensão do acadêmico sobre a busca por métodos, que auxiliem os alunos a integrarem corpo e mente de modo a facilitar as relações sociais e o convívio escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos dados apontados por esse estudo, nota-se que a formação de profissionais de Licenciatura em Educação Física com ênfase na Educação Especial é insuficiente. Tal teoria pode ser corroborada ao se analisar as matrizes curriculares das Instituições de Educação Superior, na região do Cariri, que disponibilizam a formação acadêmica na área supracitada.

Observa-se que em todas as instituições analisadas são ministradas apenas duas disciplinas de Educação Especial durante o período acadêmico. Por conseguinte, torna-se critério individual do formando, ao finalizar a graduação, buscar meios de ampliar o conhecimento na área, vide especializações e cursos complementares.

É imprescindível que a matriz educacional da Educação Superior de Educação Física seja reavaliada com o intuito de proporcionar aos discentes maior preparação para garantir, não somente a inclusão de deficientes na vida escolar, como também assegurar que esses tenham pleno desenvolvimento de suas habilidades individuais apesar de suas limitações.

Para retificar tal insuficiência na formação de professores na Educação Física cabe ao MEC – Ministério da Educação – ampliar a carga horária das disciplinas existentes e de apresentar novas propostas de conteúdos, que expandam o conhecimento acadêmico sobre a Educação Especial no Cariri.

Isto posto, é indispensável que, no futuro, sejam realizados novos estudos com o objetivo de reavaliar os critérios acima expostos, além de perceber se, com a evolução do modelo educacional brasileiro, os entraves na formação acadêmica de professores da Educação Física na Educação Especial foram solucionados, pois é de suma importância que todos os alunos tenham a mesma qualidade de ensino, independentemente de suas deficiências, cabendo ao educador proporcionar vias para essa vida escolar de qualidade e a IES ofertar meios para uma graduação mais completa.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014.

BENASSI, C. A.; DUARTE, A. S.; PADILHA, S. D. J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 5, n. 10, p. 48-60, jul. /dez. 2012.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 23/03/2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 14/06/2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 21/05/2019.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

COSTA, O. S., De LACERDA, C. B. F. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, p. 759-772, 2015.

DARIDO, S.C.; DE SOUZA JR, O. M. **Para ensinar educação física**. Papirus Editora, 2007.

EL TASSA, K. O. M.; de CARVALHO CRUZ, G. Formação docente e inclusão escolar em um curso de Licenciatura em Educação Física. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 121-131, 2016.

FERREIRA, E. *et al.* Um olhar sobre a Educação Física Adaptada nas Universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas. **Journal of Physical Education**, v. 24, n.4, p. 581-595, 2013.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.1, n.113, p.1355-1379, out.-dez. 2010.

GATTI, B. A. *et al.* **Por uma política nacional de formação de professores**. SciELO-Editora UNESP, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRG, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, V. O. **Estudo da disciplina educação física adaptada nas instituições de ensino superior do Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

PEDROSO, C. C. A.; CAMPOS, J. A. P. P.; DUARTE, M. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 40-47, 2013.

ROSSI, P.; MUNSTER, M. A. V. **Formação profissional em Educação Física Adaptada: um estudo de caso**. VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina: UEL, 2013.

ROSSI, R. A. A Libras como disciplina no ensino superior. **Revista de Educação**, v.13, n. 15, 2015.

TERRA, R. N.; GOMES, C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 45, p. 109-123, 2013.